



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em gestão.

## O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DO CADÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - TECENDO A REDE SOCIOASSISTENCIAL INTERDISCIPLINAR EM PAIÇANDU MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE II NO ESTADO DO PARANÁ

Josivaldo Souza Reis<sup>1</sup>

Michelli Rodrigues Ferreira Rigonato<sup>2</sup>

Geise Fornazza Rodrigues<sup>3</sup>

Wagner Leandro Colucc<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente estudo analisa o trabalho do assistente social na gestão do Cadastro Único, Programa Bolsa Família e a construção da rede socioassistencial em Paçandu no Paraná. Discutem-se ainda as metamorfoses dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social e a sua prática interdisciplinar junto a outros profissionais, ancorada nos princípios do código de ética profissional do assistente social.

**Palavras-chave:** Assistente social; CADÚNICO; Bolsa Família; Rede sócio-assistencial; Interdisciplinaridade.

**Abstract:** The present studies analyzes the work of the social worker in the management of the Cadastro Único, Bolsa Família Program and the construction of the social assistance network in Paçandu, Paraná state. It also studies the metamorphoses of the social-occupational spaces of the social worker and yours interdisciplinary practice together with other professionals, anchored in the principles of the social worker's code of professional ethics, are discussed.

**Keywords:** Social worker; CADÚNICO; Bolsa Família; Social and health care network; Interdisciplinarity.

### 1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O presente estudo se propôs a analisar o trabalho do assistente social na execução do Cadastro Único, Programa Bolsa Família e na construção da rede socioassistencial interdisciplinar em Paçandu, município de pequeno porte II no Estado do Paraná, buscando apreender os desafios na efetivação dos valores e princípios do Código de Ética profissional do assistente social, perante as demandas e atribuições exigidas na execução das políticas e programas sociais de formato focalizado e condicionado.

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social. Secretaria Municipal de Assistência Social. E-mail: <josivaldosreis@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social. Secretaria Municipal de Assistência Social. E-mail: <josivaldosreis@hotmail.com>.

<sup>3</sup> Profissional de Serviço Social. Secretaria Municipal de Assistência Social. E-mail: <josivaldosreis@hotmail.com>.

<sup>4</sup> Profissional de Serviço Social. Secretaria Municipal de Assistência Social. E-mail: <josivaldosreis@hotmail.com>.

Trazemos a discussão sobre a escassez atual de recursos do Fundo público da Assistência social que, de maneira intensa, afeta a execução dos programas e benefícios sociais em tela. As dificuldades apresentadas exigem uma dinâmica rumo à construção de um modelo de governança dotado de capacidades e habilidades administrativas para minorar problemas de cooperação e coordenação.

Outrossim, quando se trata de programas sociais, os limites lançados aos profissionais são inúmeros, e, para tal, é fundamental que os assistentes sociais inseridos nestes campos, desenvolvam habilidades críticas e capacidade de mediação.

Contudo, o profissional deve ter claro suas competências profissionais, aguçando a capacidade interventiva de vislumbrar possibilidades dentro do CadÚnico e do Programa Bolsa Família, a partir dos seus referenciais teórico-metodológicos, ético-político e técnico operativo.

A atividade criativa do assistente social, como instrumental, deriva da sua capacidade de interlocução com os processos sócio-históricos e sua realidade vivenciada, os quais devem ser aplicados na mobilização e identificação das necessidades das comunidades e na ação de cadastramento para o uso eficaz, racional e estratégico dos dados cadastrais.

O assistente social deve ter em mente que o cadastramento é a porta de entrada para o acesso aos benefícios, onde são identificadas as primeiras ações no tocante às vulnerabilidades sociais que atingem as famílias proporcionando ao profissional diálogo e práticas interventivas com os usuários.

Ademais, deve-se destacar que o trabalho do assistente social é fundamental na interlocução com outros agentes que integram o PBF possibilitando as práticas intersetoriais, posto que, o assistente social contribui com técnicas e ferramentas que permitem um conhecimento mais apurado e técnico sobre as manifestações das expressões da questão social apresentadas pelos usuários que chegam até o serviço em busca de atendimento.

Nesse sentido, ao longo do presente estudo, iremos evidenciar a prática do assistente social como gestor do CADÚNICO e do Programa Bolsa Família (PBF), ao passo que, avançaremos rumo a demonstrar o protagonismo desse profissional na construção prática das ações da rede socioassistencial interdisciplinar, responsável pela política social de transferência de renda do PBF.

## **2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO**

Sabe-se que devido às inúmeras transformações societárias, processadas ao longo do tempo, ampliou-se significativamente os espaços sócio-ocupacionais do/assistentes sociais, estes que são requisitados a intervir nas diversas manifestações

das expressões da questão social, que se apresentam com o avanço da sociedade capitalista.

Para Iamamoto (2011):

A consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionam mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade (IAMAMOTO, 2011, p. 141).

Ocupar os espaços de atuação profissional abertos aos assistentes sociais, antes que uma aventura, enseja a este profissional viabilizar determinadas mudanças nas engrenagens que movem a sociedade capitalista, de tal forma que, num dado momento estas engrenagem serão corroídas que precisarão ser substituídas.

Assim, novas habilidades e competências vão sendo requisitadas ao assistente social. De acordo com o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social compete ao assistente social o planejamento, a organização, e a administração de benefícios e serviços sociais, como parte destas habilidades profissionais.

Desde o início deste século, o âmbito das políticas públicas tem se apresentado como o lugar de inserção para os assistentes sociais, os quais passam da condição de meros executores a de formuladores e gestores das mesmas.

O Cadastro Único (CADÚNICO) foi criado pelo governo Federal através do Decreto nº. 6.135 de 2007, disciplinando acerca de procedimentos e finalidades:

É instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público (BRASIL, 2007, s/p).

O assistente social, enquanto profissional inserido no Cadastro Único encontra-se permeado de limites e desafios com o contexto político que atualmente se encontra, dificultando cada vez mais a efetivação de direitos, uma vez que nossos governantes privilegiam o crescimento econômico em detrimento do social, onde seu empenho é para diminuir gastos sociais, com políticas e programas focalizados e seletivos.

É importante destacar que o fato das famílias estarem cadastradas não gera a inclusão automática dessas em programas sociais, o recebimento do benefício social do governo federal, estadual e municipal está condicionado aos critérios de acesso e permanência estabelecidos para cada um dos programas, deixando assim muitas famílias sem acesso aos benefícios mesmo estando em vulnerabilidade e risco social.

O profissional visa possibilidades de uma atuação que caminhe no sentido de desvendar a realidade social e conseqüentemente vislumbrar transformações na vida dos sujeitos envolvidos.

O Cadastro Único segundo o manual de gestão é possível identificar e caracterizar a situação socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, nos permitindo o conhecimento de quem são, onde estão e quais são as principais características, necessidades e potencialidades da parcela mais pobre e vulnerável da população.

Assim, pode-se entender que o CADÚNICO é uma ferramenta que subsidia o trabalho do/a assistente social no fazer profissional cotidiano, portanto, o planejamento e elaboração de projetos sociais de forma a materializar intencionalidades, contribuindo com o município na elaboração de projetos e ações a fim de identificar os condicionantes que perpassam pelos complexos sociais da totalidade social de cada território. Conforme aduz o código de ética profissional do assistente social, este profissional está habilitado a partir de suas competências a:

- I -Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população (CFESS, 1993, s/p).

Conforme pode-se observar, o código de ética profissional, traz para o assistente social, no seu cotidiano, o desafio de, mesmo diante de todas as limitações que se apresentam, o papel de protagonista, posto que, o assistente social a frente da gestão do Cadastro Único coordena equipes e planeja as atividades a serem desenvolvidas definindo estratégias conforme as diretrizes do Governo Federal, bem como da realidade local.

Ademais, deve-se afirmar que, ao coordenar e liderar as equipes, o assistente social pode desenvolver educação permanente junto a estas de modo que tenham um olhar dialético em relação às famílias em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a sensibilização dos entrevistadores para as diversas manifestações das expressões da questão social que se apresentam.

O Cadastro Único é muito mais do que apenas uma base de dados. Ele é, acima de tudo, um importante instrumento para o fortalecimento das políticas sociais no Brasil, visando ao enfrentamento da pobreza.

O profissional inserido pode contribuir para a melhoria das condições de vida da parcela mais vulnerável da população brasileira. Que muitas vezes não chega até a rede de proteção.

### **3 O ASSISTENTE SOCIAL FRENTE A GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

O trabalho do assistente social dentro do Programa Bolsa Família (PBF) se inicia quando o usuário passa a ser beneficiário do PBF uma vez que eles não podem exercer sua cidadania plena, não dispendo de condições básicas de sobrevivência, como: alimentação, moradia digna, saúde e acesso à educação, apoiando as famílias na melhoria de suas condições de vida.

O plano de trabalho deve focar na identificação dos motivos e causas dos descumprimentos das condicionalidades pela família. Assim, a intervenção diante do descumprimento não pode reafirmar preconceitos, estigmas, cercear direitos, ou, culpabilizar as famílias por infringir as condicionalidades do programa.

O assistente social na sua prática profissional, na relação que estabelece com os usuários, com outros profissionais e com qualquer pessoa, deve pautar sua conduta no reconhecimento da liberdade e de suas possibilidades, eis que esse é valor ético central. Qualquer conduta que viole esse princípio estará sujeita ao enquadramento no Código de Ética e sua apuração (BARROCO; TERRA, 2012, p. 121).

As famílias mais vulneráveis são aquelas que não conseguem cumprir os critérios para se manterem no programa e, diante do bloqueio, é a oportunidade de conhecer não só a vulnerabilidade da família mas também a dificuldade de acesso às políticas públicas, onde o profissional encontra a maior dificuldade de garantir o direito ao usuário.

Há que se destacar as inúmeras dificuldades que se apresentam ao assistente social no PBF, posto que, como em qualquer outro espaço sócio- ocupacional ele lida cotidianamente com a limitação orçamentária do fundo público da assistência social.

Frente a isso, um dos maiores desafios é a racionalização e escassez do acesso dos usuários a este programa social. Por isso, o assistente social deve despertar em si habilidades de gestão para que a equipe por ele coordenada consiga acessar o maior número de usuários possíveis, e assim promover a viabilidade dos direitos dos mesmos.

### **3.1 A totalidade dos beneficiários do Programa Bolsa Família e os desafios lançados ao assistente social**

Como vimos destacando ao longo do estudo, no cotidiano do seu trabalho dentro do PBF, o assistente social se defronta com as graves limitações orçamentárias no financiamento dessa política social. Com isso, tem sido recorrente o desafio de se compreender as famílias em sua totalidade para que se assegure que os benefícios cheguem de fato às famílias com maiores vulnerabilidades sociais.

Em que pese haver a necessidade seleção dos beneficiários do PBF através da segmentação de renda, cabe ressaltar que, diante da mecanização e burocratização dentro do Cadastro Único e do PBF imposta pelo governo federal, o profissional deve atentar-se para não se distanciar dos aportes teórico-metodológicos e éticos políticos condizentes com o exercício profissional, portanto, não cabe ao assistente social desenvolver práticas investigativas em relação aos usuários, nesse sentido o assistente social busca compreender a totalidade em que este usuário se insere na sociedade.

Cabe ao profissional que atua frente o Cadastro Único e no PBF decifrar essas mudanças que afetam a totalidade da vida social, condicionando sua ação de forma consciente, analítica, crítica, investigando os processos que incidem na realidade, de forma criativa e competente, a fim de construir novas alternativas.

O olhar do profissional será curioso, inquieto e sensível. Portanto, de acordo com Guerra (2009) o profissional deve desenvolver sua capacidade de refletir e analisar a complexidade social que perpassa pelas demandas profissionais e sempre atento a suas atribuições, se estão dentro do Código de Ética do Assistente Social. Conforme o código de ética profissional do assistente social, em seu artigo “ São deveres do/a assistente social: programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente” (CFESS, 1993, s/), no entanto, não cabe ao profissional como se diz no artigo 20: “aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição” (CFESS, 1993, s/p).

O profissional inserido neste campo tem como foco realizar a execução do seu trabalho com o objetivo de desenvolver o fortalecimento de vínculos com os usuários conforme preconiza o SUAS - Sistema Único de Assistência Social. A ação de fiscalização podendo ser terceirizada, uma vez que através dos trabalhos desenvolvidos é gerado recurso para manutenção e necessidades do Cadastro Único.

A gestão pode contar também com a participação do controle social, no âmbito do PBF, na Lei nº 10.836/2004 que criou o PBF o art. 9º prevê que “o controle e a participação social do Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, pelo

conselho ou por instância designada pelo poder público municipal, na forma do regulamento”.

Com base nesses princípios, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), como instância do Controle Social no PBF deve exercer diversas atividades e entre elas ações de fiscalização do Programa, cumprindo assim, as exigências de descentralização político administrativa, com empenho e participação dos entes federados, assegurando ademais, a participação comunitária e o controle social.

### **3.2 Busca ativa dos beneficiários do Programa Bolsa Família para fins de acompanhamento ao descumprimento das condicionalidades**

A Busca Ativa é vista na mediação de direitos no PBF - Programa Bolsa Família devido à diversas demandas e situações que se apresentam. Uma das estratégias usadas para se aproximar das famílias e contribuir com a sua permanência ao programa.

Embora alguns usuários visualizem a busca ativa como uma forma de fiscalização, para os técnicos que trabalham na execução desse programa, trata-se de mais um instrumento para identificar e contribuir com as demandas encontradas em cada situação apresentada. Em momento algum percebe-se a busca ativa como ferramenta de punição pelos descumprimentos das condicionalidades, mas sim para fins de identificação das demandas as quais levaram a família e ou beneficiário(a) chegar ao ponto de necessitar da análise solicitada pelo governo.

As Instruções Operacionais e ofícios enviados pelo Governo Federal tem foco em buscar a realidade que os beneficiário(a)s se encontram e que através do sistema e cruzamento de dados não foram possíveis sua confirmação, necessitando do parecer social, “é atribuição privativa do Assistente Social - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social” (CFESS, 1993, s/p).

Diante dessa realidade e a atual configuração de reestruturação o capitalismo exige do assistente social uma contínua educação permanente que busque aprimorar seus conhecimentos e habilidades nas suas múltiplas áreas de atuação. Ficando atuação do profissional no Programa Bolsa Família com intuito de assegurar aos beneficiário(a)s o direito à renda através do programa.

#### 4 O ASSISTENTE SOCIAL TECENDO A REDE SOCIOASSISTENCIAL INTERDISCIPLINAR NA EFETIVAÇÃO DO CADÚNICO E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Sabe-se que, a relação do profissional de Serviço Social com outras categorias de profissionais sempre se caracterizou como um desafio para a categoria, por vezes requer do profissional um esforço hercúleo, visto que, as relações sociais estabelecidas pela sociedade do capital, faz com que haja cada vez mais individualidades e fragmentação entre os trabalhadores.

O CADÚNICO e Programa Bolsa Família, tratam-se da execução de um trabalho eminentemente transversal e intersetorial, que quase simbioticamente dependem de outras políticas públicas para que alcance patamares de eficiência, efetividade e eficácia. Nesse aspecto, o maior desafio para o assistente social é justamente “tecer” os laços que vinculam os atores protagonistas das políticas públicas como saúde, assistência social e educação.

Notadamente, quando a interdisciplinaridade da rede de apoio funciona na execução das atividades, o trabalho do Assistente Social se concretiza. Nesse sentido, os esforços do Assistente Social devem estar ancorados pelo seu projeto ético-político, no qual ele se coloca como o profissional que busca transpor os muros do imediatismo, e assume o lugar do ser político, no sentido lato sensu. Segundo Iamamoto (2011):

As condições e relações sociais que circunscrevem o trabalho do assistente social atribuem à profissão uma *dimensão política* por excelência, que não se confunde com a militância político-partidária. Apóia-se no fato do seu trabalho realizar-se inscrito em relações de poder, inerentes às relações sociais entre classes que estruturam a sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 2011, p. 146 grifos originais).

A construção do projeto de intervenção do assistente social deve alcançar a sensibilização das demais categorias e atores que trabalham na execução de cada programa, projeto e serviço que compõe a rede intersetorial, apontando o papel que cada uma delas assume, no enfraquecimento do ciclo vicioso que descrevem as mais variadas manifestações das expressões da questão social, cujos rebatimentos são devastadores para o público alcançado pelo CADÚNICO e Programa Bolsa Família.

Conforme a orientação do SUAS- Sistema Único de Assistência Social ao propiciar o diálogo da política pública de assistência social com as demais, a intersetorialidade, além de respeitar as especificidades de cada setor sensibiliza e propõe espaços de diálogo, aumentando dessa forma, a capacidade de solucionar



conflitos, e a busca da superação de práticas fragmentadas para que de forma eficiente, as mesmas possam alcançar os objetivos e resultados esperados.

Nesse sentido, a intersectorialidade passa a ser mais que mero conceito difundido entre as políticas públicas, ela deve ser endógena às práticas profissionais. De acordo com Bourguignon (2000):

Articulação entre as políticas públicas através do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção, inclusão e promoção da família vítima do processo de exclusão social. Considera-se a intersectorialidade um princípio que orienta as práticas de construção de redes municipais (BOURGUIGNON, 2000, p. 4).

Conforme descrito por Bourguignon (2000), a intersectorialidade é princípio para a interação e o desenho institucional da rede, onde serão dimensionadas as tensões e as estratégias que se fazem presentes.

O objetivo aqui apresentado vem em busca de compreender como se tecem as articulações, são criados e fortalecidos os vínculos necessários para uma atuação em rede entre as políticas públicas, como por exemplo o Programa Bolsa Família, bem como articular as ações das políticas públicas de educação, saúde e assistência social.

Desde logo, se apresenta como desafio a estruturação desse trabalho em um município de pequeno porte II onde os recursos são escassos.

Para desenvolver o trabalho de gerenciamento e implementação do Programa Bolsa Família (PBF) em âmbito local, é preciso fortalecer ações intersectoriais com o objetivo de viabilizar o efetivo acompanhamento do(a)s beneficiário(a)s; identificar os casos de maior vulnerabilidade e intervir adequadamente nessas situações.

O trabalho inicial de implantação da “Rede de Proteção Social” não se dá de forma fácil, nem isenta de conflitos e dificuldades advindas tanto das barreiras impostas pelas “linguagens” próprias de cada profissão, como dos receios dos profissionais sobre o quanto se envolver no âmbito interventivo.

Uma atividade cotidiana onde se apresenta com muitos desafios falta de investimento financeiro específico para a execução do programa, contratação de recursos humanos, dúvidas no planejamento do trabalho, falta de capacitação a ser disponibilizada pelo Governo Federal visto que o Programa é uma junção de responsabilidades entre Governo Federal e Municipal o qual exige para sua execução profissionais qualificados.

Frente à realidade o desafio é elaborar estratégias que sejam capazes de identificar pessoas para a execução desse trabalho com perfil alinhado às diretrizes do programa buscando “romper” as resistências e preconceitos.

Outrossim, para atuar frente os desafios, o assistente social deve buscar a quebra de paradigmas impostos pela sociedade do capital, dessa forma põe à frente do seu fazer profissional a ruptura do trabalho em rede de maneira fragmentada, propiciando a articulação de maneira integrada, com uma rede que dialogue em busca de alternativas de superação da barreiras e a busca pela unidade do trabalho intersetorial.

Para isso o Assistente Social que atua na Gestão do PBF inicia o trabalho mapeando a rede, conhecendo quem são e onde atuam os atores, os quais, são potencial para realizar esse trabalho.

Através da integração com essa rede abre-se o diálogo apresentando o programa para essa rede com os temas que são transversais, pois a mesma família, e suas demandas perpassam em todas as políticas públicas cada qual com sua responsabilidade.

Dessa forma, após esse diálogo com a rede, é possível realizar um planejamento em conjunto, com metas definidas, para cada política pública e, diálogo intersetorial com entendimento da complexidade e totalidade do PBF. Nesse sentido, o trabalho se encaminha rumo à construção do atendimento às demandas da população beneficiária do programa e, nesse processo, o trabalho do assistente social se apresenta como central.

## **5 CONCLUSÕES**

Destacamos a importância de todo processo de adequação do programa no município, andar em conjunto com as equipes; Estadual, Vigilância Socioassistencial, Proteção Social Básica e Especial, Controle Social além dos órgãos que envolvem a sociedade civil organizada entre outros.

Vimos que, no processo de fiscalização do PBF, deve-se priorizar a inserção daqueles usuários que atendem aos critérios do Programa, porém, o assistente social deve se apropriar dessa realidade posta, em busca da compreensão dos fenômenos que a perpassam, e essa compreensão se dá por via das mediações, que permitem partir das aparências, e a partir do conhecimento e apreensão que o profissional pode criar alternativas de intervenção.

O trabalho intersetorial nos traz a necessidade de articulação entre diferentes campos do conhecimento, dialogando com diversas áreas. Não é uma tarefa fácil, porém nos dá abertura para o novo e competência para trabalhar com as adversidades

da área do saber e conceitos diferentes a que nos leva a uma reflexão diariamente, nos impulsionando pela busca da criatividade e do entendimento de que essa população precisa de todos os serviços ao mesmo tempo, e que isso impõe uma agilidade para ambas as políticas públicas dessa face intersetorial as quais sabemos que o Estado não tem dado a estrutura burocrática.

Outro fator cabe ressaltar, é que através do trabalho intersetorial é possível enxergar essa multidimensionalidade dos problemas. Apontamos como norte o contínuo desafio do trabalho intersetorial e, como esteio, a reflexão: como trazer a questão da intersetorialidade para a discussão do âmbito das políticas públicas intersetoriais?

De modo geral, destacamos como necessidade e estratégia a criação de instrumentos de gestão que tenham na sua concepção essa base multidimensional, dessas demandas levantadas em conjunto para que as mesmas sejam atendidas dentro do arcabouço do Estado.

## REFERÊNCIAS

ADRIANA, A. C. **O Cadastro Único no processo interventivo do assistente social: instrumento de controle ou de acesso na política de assistência social no município de Toledo- Paraná.** Disponível em: <[http://cac.php.unioeste.br/cursos/toledo/servico\\_social/arquivos/2012/ADRIANA\\_ALVES\\_COSTA.pdf](http://cac.php.unioeste.br/cursos/toledo/servico_social/arquivos/2012/ADRIANA_ALVES_COSTA.pdf)>. Acessado em 23 de junho de 2019.

BORGATO, C. T.; ALVES, D. D.; OLIVEIRA, J. A. **A Gestão Social na perspectiva democrática: O profissional de serviço social como gestor** - Disponível em <<https://www.slideshare.net/karladrikasb/gesto-social-democratica>>. Acessado em 23 de junho de 2019.

BERNARDO, D. C. R.; SALAZAR, G. T. **Programa Bolsa Família: Valorizando as parcerias e as singularidades regionais** - Disponível em: <[http://www.acheqas.net/numero/vinteadois/denise\\_e\\_german\\_22.htm](http://www.acheqas.net/numero/vinteadois/denise_e_german_22.htm)>. Acessado em 23 de junho de 2019.

CARNELOSSI, B. - **O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: Desafios ao Código de Ética Profissional** - Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n125/0101-6628-sssoc-125-0124.pdf>  
<<http://www.cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/18/1891136d-b160-4764-a892-07bb137e17e2.pdf>> Acessado em 23 de junho de 2019.

COELHO, D. B.; FERNANDES, A. S. A. **Regras importam: determinantes do controle burocrático no Programa Bolsa Família.** Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122017000500689&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000500689&lang=pt)  
<<http://www.cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/18/1891136d-b160-4764-a892-07bb137e17e2.pdf>>. Acessado em 23 de junho de 2019.

CFESS. **Código de ética profissional do assistente social:** Brasília. CFESS, 1993.  
IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 20. ed., São Paulo, Cortez, 2011.

MONTANO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**, - 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MDS. **Manual de Gestão do Programa Bolsa família**. 3º Edição atualizada - 2018 Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/408993/> Manual de gestão do PBF - 2018>. Acessado em 23 de junho de 2019.

MDS - **Manual de Gestão Cadastro Único para Programas Sociais** - 2º Edição atualizada- Disponível em : <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro\\_unico/Manual\\_Gestao\\_Cad\\_Unique.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unique.pdf)> Acessado em 23 de junho de 2019.

NILVANIA, A. G. **Serviço Social e interdisciplinaridade: Confluências e Desafios**. Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/b0/b05174b2-f299-4679-8d9a-70cdd43580ed.pdf>>. Acessado em 23 de junho de 2019.

SANTIAGO, D. C. M.; GONÇALVES, N. C. B. **Os desafios de efetivação da teoria na sistematização da prática profissional do assistente social**. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/OS%20DESAFIOS%20DE%20EFETIVA%C3%87%C3%83O%20DA%20TEORIA%20NA%20SISTEMATIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20PR%C3%81TICA%20PROFISSIONAL%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL.pdf>  
<https://www.passeidireto.com/arquivo/43561556/condicionalidades-bpc---servico-social/14>  
<http://novo.cress-se.org.br/perfil-profissional-do-assistente-social/>  
<https://document.onl/documents/atuacao-dos-assistentes-sociais-frente-as-esse-trabalho-e-de-grande.html>>. Acessado em 23 de junho de 2019.

**Exercício profissional do assistente social:** da imediatividade às possibilidades históricas.